

LETRAMENTO: UM TEMA ENTRE VÁRIOS AUTORES⁵⁶

Álvaro Vinícius de Moraes Barbosa Duarte (UFPE)
viniciuscac@ig.com.br

1. Introdução

Ao se escolher um tema para a construção de um ensaio, pensa-se, primeiramente, na relevância que a discussão sobre esse tema pode ter e também nas conclusões às quais podemos chegar ao cruzarmos as diferentes ideias e pontos de vistas de autores que discutem sobre a temática em questão.

Nesse sentido, letramento é um desses temas em que se há uma necessidade de aprofundamento teórico e um cruzamento de ideias, que visam a esclarecer dúvidas teóricas e práticas que giram ao redor desse conceito, ainda não muito claro para alguns estudiosos e principalmente para muitos professores. Também nos parece interessante destacar a não concordância entre os autores sobre a definição do que é o letramento.

Partindo dessa “indefinição” teórica, tentaremos esclarecer o que alguns autores entendem por letramento. Será que esse conceito se confunde em alguns momentos com o conceito de alfabetização? Que relação existe entre letramento e alfabetização? São processos distintos e precisam ser diferenciados na prática do professor?

As perguntas elencadas no parágrafo anterior talvez sejam comuns a muitos estudiosos e principalmente a muitos professores que trabalham com o ensino de língua. Por esse motivo, nos parece interessante revisitar o que alguns autores dizem sobre a discussão da temática sobre letramento, para tentar nos posicionar crítica e teoricamente sobre o tema.

2. Origem do termo letramento

A primeira ocorrência do termo “letramento” data da década de 80. Segundo Soares (2009), uma de suas primeiras ocorrências está em uma obra de Mary Kato, em 1986, cujo título é *No Mundo da Escrita*:

⁵⁶ Intertextualidade explícita na obra de Magda Soares *Letramento: um tema entre três gêneros*.

Uma Perspectiva Psicolinguística. Nessa situação a autora cita a palavra sem fazer nenhuma definição a seu respeito, não havendo uma exploração de seu conceito, na verdade poderíamos dizer que Kato redigiu, talvez, o termo em questão a partir de um processo de textualização, ao sentir a necessidade de criar uma palavra que definisse o sentido do que pretendia dizer.

Já em 1988, Leda Verdiani Tfouni, em *Adultos Não Alfabetizados: O Avesso do Avesso*, diferencia alfabetização de letramento. Usa o termo letramento, pondo-o em um cenário de discussão conceitual. Segundo Soares (2009), depois dessa publicação, a palavra letramento adquiriu estatuto de termo técnico, passando a figurar no discurso de muitos especialistas da área. Nessa ocasião, Tfouni (1988) apresenta uma definição para o termo e introduz a palavra nos debates da área.

Já na introdução da obra supracitada, Leda Verdiani Tfouni marca as definições de escrita, alfabetização e letramento, como podemos comprovar no trecho abaixo:

Apesar de estarem indissolúvelmente e inevitavelmente ligados entre si, escrita, alfabetização e letramento nem sempre têm sido enfocados como um conjunto pelos estudiosos. Diria, inicialmente, que a relação entre eles é aquela do produto e do processo: enquanto que os sistemas de escritura são um produto cultural, a alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito. (TFOUNI, 1988. p. 9)

Já antes de Kato (1986) e de Tfouni (1988), Magda Soares, em um artigo publicado em 1985, intitulado “As muitas facetas da alfabetização”, cujo objetivo era apontar algumas facetas do processo de alfabetização que vinham sendo estudadas e pesquisadas, já tinha levantado uma discussão sobre o que hoje se entende por letramento, mas não havia usado a nomenclatura “letramento”, já que o termo era desconhecido e não havia discussões sobre ele naquela época.

Para Soares (2003), no artigo citado acima, o conceito em discussão era o de alfabetização, que à época estava sendo comumente associado a um significado, segundo a autora, muito abrangente, considerando-a um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita. (SOARES, 2003, p. 15).

Segundo as ideias levantadas por Magda Soares, alfabetização era entendida de duas formas: a primeira como aquisição da língua (oral e

escrita) e a segunda como processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita), que, segundo a autora, nunca é interrompido.

Ao discutir sobre essas duas facetas, a autora afirma que não parece apropriado atribuir à alfabetização a característica de processo de desenvolvimento da língua, já que etimologicamente alfabetizar significa “levar a aquisição do alfabeto” (p. 15) e que, “atribuir um significado muito amplo à alfabetização seria negar-lhe a [sua] especificidade”. (p. 15). Essa segunda forma de se entender a alfabetização é o que chamamos, hoje, de letramento, conceito discutido pela própria autora em publicações posteriores. (SOARES, 2009)

A partir do que foi dito anteriormente, não pretendemos afirmar que Soares (2003) não levava em conta a importância do desenvolvimento da língua, mas que essa dimensão extrapola o conceito de alfabetização defendido pela autora. Essa visão mais abrangente que Soares tinha da necessidade do desenvolvimento da língua pode ser comprovado quando a autora afirma que “a escola desconhece a alfabetização como forma de pensamento, processo de construção do saber e meio de conquista do poder político”. (p. 22)

Quase 20 anos depois da publicação desse artigo, em 2003, Magda Soares reúne, em uma coletânea, textos de sua própria autoria, publicados entre o período de 1985 e 1998, no livro *Alfabetização e Letramento*. Nessa obra a autora propõe uma releitura de seus artigos, assumindo que esse gênero textual tem um caráter efêmero e que por isso seria interessante realizar uma “releitura”. Nessa coletânea, a autora, ao analisar o artigo supracitado, adiciona algumas notas⁵⁷ nas quais explica o que em 1985 não era muito claro, ou seja, a diferença entre os conceitos de alfabetização e letramento.

É importante destacar também que, em um artigo publicado em 1995, dez anos após o anteriormente comentado, Magda Soares faz uso do termo “alfabetismo”⁵⁸ para fazer referência às dimensões e relações com a escrita. Para a autora,

⁵⁷ “Nos anos seguintes àquele em que esse texto foi produzido (1985), essa diferenciação entre aquisição e desenvolvimento da língua oral e escrita foi-se tornando cada vez mais clara, concretizando-se, hoje, na diferenciação entre alfabetização e letramento” (SOARES, 2003[1985])

⁵⁸ Esse termo é usado por Soares (em 2011) como sinônimo de letramento.

o alfabetismo é o que as pessoas fazem com as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita, em determinados contextos, e é a relação estabelecida entre essas habilidades e conhecimentos e as necessidades, os valores e as práticas sociais.

A autora propõe duas dimensões para o processo de alfabetismo: a individual e a social. De acordo com a primeira, “o alfabetismo é visto como um atributo pessoal de habilidades de leitura e escrita” (SOARES, 2003, p. 30). Já na dimensão social, o alfabetismo é visto como “um fenômeno *cultural*, referindo-se a um conjunto de atividades sociais, que envolvem a língua escrita, e um conjunto de demandas sociais de uso da língua escrita”. (p. 30)

Em 1991, ao publicar o artigo “Em busca da qualidade em alfabetização: “em busca... de quê?”, Magda Soares, em uma nota explicativa do texto, marca a diferença entre os conceitos de alfabetização e alfabetismo. Nessa nota a autora faz referência ao termo “letramento”, colocando-o como sinônimo do termo alfabetismo, marcando sua preferência por esse último, como podemos verificar no trecho abaixo:

Torna-se necessário, aqui, um esclarecimento conceitual: estou entendendo por alfabetização, nesta exposição, a aquisição básica de leitura e de escrita e dos usos fundamentais da língua escrita na sociedade em que o indivíduo vive; uso o termo alfabetismo (outros preferem “letramento”) para designar o estado ou condição de domínio e uso pleno da escrita, numa sociedade letrada. (SOARES, 2003)

Partindo de 1985, quando Magda Soares já fazia referência ao conceito de letramento, sem o uso da nomenclatura específica, chegando às discussões mais modernas, percebemos que os conceitos de alfabetização e de letramento vêm mudando, devido o avançar das discussões, e também pela concepção que cada autor tem dos termos em questão.

Para dar continuidade à discussão, a seguir, analisaremos o que pensam alguns autores que mais têm contribuído com a definição de letramento e de alguns termos correlatos a ele.

3. *Conceitualizando alfabetização e letramento*

Nessa seção, voltaremos à discussão sobre alfabetização e letramento, revendo a concepção que alguns autores têm desses termos. Nesse sentido, podemos voltar a comentar as ideias de Tfouni (1988), que propõe uma distinção teórica entre os conceitos de escrita, alfabetização e de letramento, fazendo uma caracterização desses três termos.

Sobre a escrita, a autora nos diz que ela é um produto cultural por excelência e que sua existência data de cerca de 5.000 anos antes de Cristo, atribuindo-lhe duas características principais: a de difusão e a de ocultação de ideias.

A partir da primeira característica, costuma-se atribuir à escrita um importante papel de difusora do conhecimento produzido pela sociedade, principalmente se pensarmos no poder que a escrita impressa adquiriu em algumas sociedades mais modernas. Pensando pelo lado da ocultação, a escrita também serviu para guardar informações, garantindo o poder àqueles que a ela tinham acesso.

Ao falar sobre a alfabetização, Tfouni a coloca como um processo referente à aquisição da escrita enquanto habilidades de leitura e escrita, que se dá em âmbito individual. Já o letramento, segundo a autora, focaliza os aspectos sócio-históricos do processo de aquisição da escrita.

Tratando mais especificamente sobre a alfabetização, a autora afirma que esse conceito normalmente é entendido de duas formas. “Ou como processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita ou como processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes”. (p. 12)

Sobre a primeira forma, a qual vamos discutir no presente ensaio, a autora afirma que há um mal-entendido quando se vê esse processo como algo que se chega a um fim, colocando a alfabetização como um processo contínuo, afirmando que

de um ponto de vista sociointeracionista, a alfabetização, enquanto processo individual, não se completa nunca, visto que a sociedade está em contínuo processo de mudança e a atualização individual para acompanhar esse processo de mudança é constante. (p. 13)

e chega a propor níveis ou graus de alfabetização, ao invés de simplesmente alfabetização.

Pensando a partir dessa definição, não conseguimos enxergar o caráter individual atribuído por esta autora ao processo de alfabetização, principalmente quando liga um processo, descrito por ela mesma, como individual a um ponto de vista sociointeracionista. Até que ponto a alfabetização se configura um mecanismo individual estando atrelado a um processo de mudança social? Como falar em alfabetização como processo de aquisição de habilidades escritas que nunca se completa?

O que na verdade a autora defende é a oposição do conceito tradicional de alfabetização escolar a uma nova definição proposta por ela, combatendo a ideia de se reduzir a alfabetização a um processo mecânico de habilidades de aquisição do código escrito. Nesse sentido, ao referir-se ao processo de alfabetização a autora utiliza a expressão “práticas sociais”, em vários momentos do texto.

A partir desse entendimento, podemos concluir que para esta autora o conceito de alfabetização está relacionado à discussão levantada por Magda Soares em 1985, quando a essa discutia sobre o sentido de alfabetização como desenvolvimento da língua, comumente debatida na época e coincide com o conceito de letramento proposto por outros autores, como por exemplo, a própria Magda em 2009, quando a autora dizia que um indivíduo é letrado, ou seja, está inserido em práticas de letramento, quando “faz uso da escrita, envolvendo-se em prática sociais de leitura e de escrita”. (p. 24)

Sobre o conceito de letramento, relacionando-o com o conceito de alfabetização, Tfouni nos diz que “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.” (p. 16) Para a autora, a diferença entre alfabetização e letramento é que este último relaciona a inserção de habilidades individuais, mesmo sendo consideradas como práticas sociais, em um meio social mais amplo, ou seja, o impacto que o domínio de habilidades de uso da linguagem teria em uma sociedade específica.

Outra autora que merece destaque em meio às discussões sobre o letramento é Angela Kleiman. A autora foi organizadora de “Os significados do letramento” (1995), uma importante obra que contribuiu demasiadamente para a construção de reflexões para o debate sobre o letramento e suas implicações para o ensino e as pesquisas. No capítulo inicial, de sua própria autoria, Kleiman, discute o conceito de letramento, bem como seus modelos dominantes e suas implicações para o processo de ensino e de produção de pesquisas.

Acerca do conceito de letramento, Kleiman (1995) inicia a discussão afirmando que

o conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre alfabetização, cujas conotações escolares destacavam as competências *individuais* no uso e na prática da escrita. (p. 16)

Essa afirmação nos remete ao conceito de letramento, discutido anteriormente, adotado por Toufoni (1988), no início das discussões teóricas acerca da temática, quando a autora destacava o impacto da inserção de práticas de escrita nas sociedades, contrapondo com as práticas individuais de aquisição da alfabetização escolar como simples habilidades de apropriação do código escrito.

Voltando à discussão proposta por Kleiman (1995), essa autora afirma que o conceito de letramento foi se expandindo e passou a não só estudar o impacto universal que práticas de escrita tinham sobre as sociedades, mas também passou a considerar práticas de grupos minoritários, pressupondo que “os efeitos estariam correlacionados às práticas sociais e culturais dos diversos grupos que usavam a escrita.” (p. 16)

Seguindo com a discussão, Kleiman (1995) nos diz que, devido à complexidade de definição do conceito de letramento, o termo ainda não estava dicionarizado na data de publicação da obra (1995).

Segundo Soares (2003), somente em 2001 o Dicionário Houaiss dicionarizou tanto a palavra letramento quanto a palavra letrado, adjetivo que a ela se refere (p. 29). Hoje, em 2013, os dicionários já trazem algumas definições para o termo, como podemos ver os sentidos trazidos pelo dicionário Priberam:

letramento

(*letra + -ar + -mento*)

s. m.

1. Conjunto de conhecimentos de escrita e leitura adquiridos na escola. = ALFABETIZAÇÃO

2. Capacidade de ler e de escrever ou de interpretar o que se escreve. = LITERACIA ≠ ALITERACIA, ILITERACIA

De acordo com a definição 1 apresentada acima, letramento é visto como sinônimo de alfabetização escolar, ou seja, práticas de uso da língua escrita adquiridas em ambiente pedagógico. Já a definição 2 se aproxima mais dos debates teóricos atuais sobre a temática, destacando a habilidade da interpretação do que foi escrito.

Ao voltarmos à definição 1 apresentada pelo dicionário, a qual vê letramento como sinônimo de alfabetização, destacamos a posição de Kleiman (1995) sobre essa definição. Para a autora, a alfabetização é considerada uma prática de letramento “– de fato a dominante – que de-

envolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita”. (p. 19)

Após discussões iniciais sobre a temática em questão, a autora ancora sua definição sobre letramento, afirmando que “podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. (p. 19)

Ao falar em contextos específicos, objetivos específicos e principalmente em práticas sociais, somos levados à necessidade de se fazer uma diferenciação, baseados em Kleiman (1995), das definições de alfabetização e de letramento. Para a autora, podemos encontrar crianças que, mesmo ainda não sendo alfabetizadas, já são letradas, no sentido que elas já participam de *eventos de letramento* e de estarem inseridas em *práticas discursivas letradas*.

Em relação aos “ambientes” de aprendizagem, a autora afirma que, se entendemos o letramento como prática social de uso da escrita, não podemos restringir as práticas de linguagem a determinados ambientes, como se costuma fazer, principalmente quando nos referimos à escola. A instituição escolar é apenas uma das muitas *agências de letramento*, que, segundo a autora, não se preocupa com o letramento, mas sim com a alfabetização enquanto uma das práticas de letramento.

Talvez devêssemos repensar nessa afirmação acima de Kleiman (1995), trazendo para uma realidade mais contemporânea, pois podemos encontrar em muitas escolas práticas de linguagem que visam ao trabalho com contextos sociais e buscam, através do estudo da língua, a inserção dos alunos em práticas discursivas, a partir do entendimento de que a linguagem é um fenômeno sociodiscursivo e do trabalho com os inúmeros gêneros textuais que compõe a nossa vida cotidiana.

Além da escola, podemos destacar outras importantes agências de letramento das quais participamos no nosso dia a dia, entre elas destacamos a família, a igreja, o ambiente de trabalho.

Ainda sobre a discussão do conceito de letramento, podemos destacar as contribuições de Magda Soares. Uma importante obra da autora, já anteriormente citada, é *Letramento: Um Tema em Três Gêneros*, publicada em 1998. Nesse livro a autora apresenta a discussão sobre o tema utilizando-se de três gêneros (verbete, texto didático e ensaio), que, segundo a autora, são “três diferentes textos produzidos em três diferentes

condições discursivas, com três diferentes funções e objetivos, para três diferentes tipos de leitores”. (SOARES, 2009).

No primeiro capítulo, a autora traz a definição de letramento como forma de verbete de um dicionário. Inicia a discussão fazendo um pequeno histórico do uso do termo e logo em seguida contextualiza seu uso em relação a outros conceitos, como por exemplo, “alfabetização”, “analfabeto”, fazendo uma comparação entre a palavra usado no Brasil (letramento) e suas correspondentes lusa (literacia) e inglesa (literacy), esta última, segundo a autora, deu origem, através da tradução “ao pé da letra”, a nossa palavra do português brasileiro.

Segundo Soares (2009) a etimologia da palavra inglesa, “literacy” vem do latim *littera* (letra) + *cy* (sufixo que denota qualidade, condição, estado físico) – *Literate* (letrado). Nesse sentido, letramento significa o “estado” ou a “condição” que o indivíduo ou o grupo social passa a ter, sob o impacto das mudanças advindas do uso da escrita. (p. 18).

No segundo capítulo, Magda Soares nos apresenta o conceito de letramento através do gênero “texto didático”, que como o próprio nome já sugere, de uma maneira extremamente didática. Dentre as ideias exposta nessa parte do livro, o que gostaríamos de chamar atenção, é a diferença que a autora faz entre os conceitos de alfabetização e letramento. Para ela, há uma distinção entre esses conceitos e isso fica claro quando afirma que entende

alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo *alfabetizado e letrado*. (p.47)

Essa postura da autora em diferenciar esses dois conceitos já poderia ser vista desde 1985, como já foi discutido anteriormente, quando ela afirmava que alfabetização correspondia à aquisição da língua e não ao seu processo de desenvolvimento, sem nomear esse fenômeno como “letramento”.

Outro importante ponto debatido por Soares (2009) é a ideia de que o “*letramento* envolve dois fenômenos bastante diferentes, a leitura e a escrita” (p. 48). Para a autora, tanto a leitura quanto a escrita compõe um *continuum* de habilidades que um indivíduo pode desenvolver, concluindo-se que “há diferentes tipos e níveis de letramento” (p. 49)

4. Dimensões e modelos de letramento

Ao chegarmos ao terceiro capítulo de “letramento: um tema em três gêneros”, encontramos um debate muito pertinente sobre as dimensões e os modelos de letramento. Nesse sentido, Soares (2009) coloca em debate a importância, para a discussão sobre letramento, de se considerar a suas dimensões individual e social, discorrendo sobre o que se entende por leitura e escrita nessas duas dimensões.

Ao tratar sobre a dimensão individual do letramento, a autora coloca que tanto a leitura quanto a escrita, consideradas tecnologias, são habilidades linguísticas e psicológicas. A leitura estende-se “desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos” (p. 68) e a escrita, estende-se “da habilidade de registrar unidades de som até a capacidade de transmitir significado de forma adequada a um leitor potencial” (p. 69).

Ao discorrer sobre o letramento na perspectiva social, contrapondo-a à dimensão individual, a autora argumenta que

ele [o letramento] não é um atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades valores e práticas sociais. Soares (2009, p. 72)

Seguindo na perspectiva da dimensão social, a autora elenca dois posicionamentos contraditórios acerca da definição de letramento. Uma primeira corrente, chamada de “liberal” ou “fraca” entende que o letramento serve basicamente para fazer o indivíduo “funcionar” na sociedade, ou seja, o processo serve para que o sujeito consiga inserir-se nas situações comunicativas pré-existentes e nelas consiga interagir. Já a segunda corrente, chamada de “revolucionária” ou “forte”, entende que o indivíduo, a partir do uso do letramento, pode interferir na realidade e não somente adaptar-se (funcionar) a ela. Para Street (1984) apud Soares (2009), esse último modelo é caracterizado como “modelo ideológico” em oposição ao “modelo autônomo”.

Kleiman (1995) também traz essa classificação, baseada em Street (1984), sobre os dois modelos de letramento. Como forma de ampliar o debate sobre esses modelos, traremos algumas considerações feitas pela autora supracitada.

De acordo com o primeiro modelo, a escrita seria “um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produ-

ção para ser interpretado” (KLEIMAN, 1995. p. 22). A discussão levantada por essa concepção de letramento atribui superpoderes à escrita, colocando-a como grande divisor de águas dos processos cognitivos, ou seja, atribuía-se à aquisição e ao uso da escrita o desenvolvimento de processos cognitivos superiores.

Essa concepção, durante muito tempo, fundamentou várias pesquisas e disseminou essa ideia no campo de ensino, quando se buscava inserir ao máximo as pessoas no processo de aquisição e desenvolvimento da escrita, acreditando que, isso mudaria radicalmente a vida das pessoas.

Com o resultado de pesquisas que propuseram a diferenciação entre escolarização e aquisição da escrita, ficou claro que o que na verdade influenciava no desenvolvimento das nossas estruturas mentais não era propriamente o domínio do código escrito, mas sim o resultado do processo de escolarização, que na maioria das vezes acontece simultaneamente à aquisição da escrita, e que “o tipo de ‘habilidade’ que é desenvolvido depende da prática social em que o sujeito se engaja quando ele usa a escrita”. (KLEIMAN, 1995, p. 25).

Além da supervalorização do domínio da escrita para o desenvolvimento cognitivo derivado dessa concepção, há também o mito de que o desenvolvimento econômico, igualdade social e modernização estão diretamente relacionados ao domínio da escrita. Mais uma vez, resultado de pesquisas nos mostram que essa relação não é verdadeira, colocando em xeque o caráter autônomo que a escrita teria em relação aos processos sociais.

Já para o segundo modelo, denominado por Street (1984, 1993, *apud* KLEIMAN, 1995) como modelo ideológico, destaca-se explicitamente o fato de que todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder numa sociedade. (p. 38)

Nesse sentido, a aquisição e o desenvolvimento da escrita por um indivíduo ou por um grupo não teria que necessariamente representar um avanço nos processos cognitivos, no desenvolvimento da qualidade de vida ou ascensão social das pessoas. Na verdade a necessidade da inserção de práticas de letramento em alguma sociedade muda segundo o contexto social e, principalmente, pelas suas necessidades.

Após ter discorrido sobre os dois modelos, Kleiman (1995) conclui que

O modelo que determina as práticas escolares é o do modelo autônomo de letramento, que considera a aquisição da escrita como processo neutro, que, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover aquelas atividades necessárias para desenvolver no aluno, em última instância, como objetivo final do processo, a capacidade de interpretar escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo, do qual o protótipo seria o texto ensaio (p. 44)

Concordamos com o argumento exposto acima, mas entendemos que hoje, em 2013, já encontramos práticas escolares que fogem às características descritas acima e que não privilegiam um modelo autônomo de letramento, dando primazia a modalidade escrita da língua, muito menos a determinadas tipologias textuais.

5. Considerações finais

Após ter realizado um pequeno histórico sobre o uso do termo “letramento”, ou pelo menos do conceito sem sua explicitação, como vimos em Soares (2003), tentamos compreender como alguns autores entendem, ou entendiam, o conceito do termo em discussão. Dizemos “entendem ou entendiam”, no passado, porque percebemos que o conceito mudou, ampliou-se ou teve o seu nome alterado, no caso de “alfabetismo” e “letramento”, percebendo-se assim a evolução na produção do conhecimento científico.

Tentamos esclarecer também o que alguns autores entendem/ entendiam sobre a diferença entre letramento e alfabetização, e nesse sentido percebemos que o que para Tfouni (1988) entendia como alfabetização, correspondia ao conceito de letramento proposto por Soares (2009).

Também colocamos em debate alguns conceitos que estão envolvidos no processo do letramento, como por exemplo, *agência de letramento*, *práticas de letramento*, entre outros.

Explicitamos também que o fenômeno de letramento envolve as habilidades de leitura e escrita, essas entendidas de maneira diferente a partir da dimensão que se toma o letramento. De acordo com a dimensão individual, leitura e escrita são habilidades linguísticas e psicológicas, cada uma com suas especificidades. Já a dimensão social entende que essas habilidades estão indissociavelmente atreladas ao contexto de uso.

Ainda dentro dessa dimensão social, podemos destacar duas interpretações, uma mais “fraca” e outra “forte”. Segundo a primeira, o letramento, ainda que em uma perspectiva social, é definido como conceito fundamental para que o indivíduo funcione na sociedade. Já a vertente forte, vê as práticas de leitura e escrita como possibilidade de “questionar ou reforçar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes no contexto social”. (SOARES, 2009). Segundo Street (1984 *apud* KLEIMAN, 1995), essas duas vertentes se caracterizam, respectivamente, como *modelo autônomo* e *modelo ideológico* de letramento.

Ao final de dessa pequena discussão, vemos que não é tarefa simples conceituar “letramento”, pois concordamos com Soares (2009) quando esta nos diz que

O letramento é uma variável contínua e não discreta ou dicotômica; refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita; compreende diferentes práticas que dependem da natureza, estrutura e aspirações de determinada sociedade. (p. 112)

Dessa forma, pretendíamos com esse texto, levantar uma discussão, mais uma, sobre esse conceito tão necessário e complexo que passa, não só as práticas pedagógicas, mas o dia a dia da nossa interação mediada pela linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionário Priberam. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em: 01-05-2013.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LEAL, R. *Abordagem didática: um olhar sobre o ensino de leitura*. Dissertação de Mestrado em Educação. Recife: UFPE, 2011.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Alfabetização e letramento*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988.